



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Gabriel Lima Ribeiro

**CULPADO OU COITADO: A IDEOLOGIA POR TRÁS DAS REPORTAGENS
SOBRE CRIMES**

Rio de Janeiro

2018

Gabriel Lima Ribeiro

**CULPADO OU COITADO: A IDEOLOGIA POR TRÁS DAS REPORTAGENS
SOBRE CRIMES**

**Projeto de monografia apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz
(EPSJV-Fiocruz) como requisito para
aprovação no Curso Técnico em Análises
Clínicas.**

**Orientador(a): Marcelo Alexandre Silva
Lopes de Melo**

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que me ofereceram algum tipo de suporte para que eu terminasse o trabalho e me formasse na EPSJV.

Meus sinceros agradecimentos à minha família, que sempre se disponibilizou para me ajudar de todas as formas. Acredito que a família tenha sido uma base muito forte para que eu nunca desistisse, pois, a confiança e apoio depositado em mim é enorme e gostaria sempre de poder retribuir à altura. Também gostaria de agradecer aos meus amigos, que me ajudaram muito em todos os sentidos: conversas sobre temas, conversas sobre o meu tema, conversas sobre a vida, momentos divertidos, enfim, foram muito importantes para mim e para a realização deste trabalho.

Agradeço a Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. É importante citar o conjunto porque todos os profissionais de alguma forma tiveram sua parcela de ajuda. Mas, gostaria de destacar dois que irei levar ensinamentos para a vida e que foram cruciais para o presente trabalho: Professora de Língua Portuguesa, Viviane Soares, com suas aulas pude aprender muito sobre como aprender a ler, contudo, a leitura mais importante que você conseguiu fazer com que eu aprendesse foi a leitura da vida, além de ser a inspiradora (suas aulas e seu jeito de ver o mundo) do tema deste trabalho; orientador deste trabalho e ex-professor da EPSJV, Marcelo Melo, nossa relação foi sendo construída juntamente com esse trabalho e acredito que sem você o trabalho não chegaria onde está, sua experiência e sabedoria me encantaram e deixou ainda mais interessado pelo tema, sei que não fui o melhor orientando, mas *nosso* trabalho se construiu de forma magnífica.

“Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”. (FREIRE. P)

RESUMO

A partir dos conceitos de ideologia, Estado e discurso, o presente trabalho tem por objetivo discutir como as relações sociais são afetadas por meio de reportagens sobre crimes que são realizadas pelos grandes portais de notícias da internet. Assim, será observado como crimes da mesma natureza são descritos pelos referidos portais de notícias de maneiras muito diversas de acordo com a classe social dos atores que os praticam. Para tanto, foi realizada a análise de quatro reportagens hospedadas nos portais G1 e UOL e que cobriram dois eventos de grande repercussão nacional. Os dois eventos de que tratam as reportagens envolviam dois sujeitos de classes sociais bastante distintas, sendo esta diferença a responsável por tratamentos dessemelhantes dispensados aos envolvidos nas reportagens. O objetivo maior deste trabalho era observar a ideologia por trás das reportagens, os mecanismos pelos quais opera e também as suas possíveis consequências para a sua reprodução. Portanto as análises mostraram que, as diferenças de tratamento dos sujeitos oriundos de diferentes classes sociais podem ser observadas sobretudo nas estratégias de construção do texto, revelando que a ideologia presente no texto começa a ser difundida por meio de elementos linguísticos em que o próprio texto se estrutura.”

Palavras-chave: discurso, ideologia, Estado.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1. OBJETIVOS E METODOLOGIA | 13 |
| 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS | 17 |
| 2.1 ESTADO | 17 |
| 2.2 IDEOLOGIA | 19 |
| 2.3 DISCURSO | 22 |
| 2.4 DOMÍNIO DISCURSIVO, TEXTO E GÊNERO TEXTUAL | 23 |
| 3. AS REPORTAGENS | 25 |
| 3.1 ANÁLISES DAS REPORTAGENS | 26 |
| 1º Reportagem de Breno realizada pela GLOBO.com..... | 26 |
| 2º Reportagem de Breno realizada pela UOL.com | 29 |
| 3º Reportagem de Rafael realizada pela Globo.com..... | 34 |
| 4º Reportagem de Rafael realizada pela UOL.com | 39 |
| 3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES | 42 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 50 |

APRESENTAÇÃO

Nesta breve apresentação, pretendo mostrar como minha trajetória na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, EPSJV, não só foi decisiva para a escolha do tema deste trabalho, bem como me fez despertar para sentidos mais amplos e complexos que se escondiam por detrás das letras que passam todos os dias pelos nossos olhos.

Minha trajetória escolar foi realizada por completo em escolas públicas. Confesso que, no Ensino Fundamental, sempre via a disciplina de Língua Portuguesa como matéria desinteressante, um componente curricular sem brilho, apenas como instrumento para aprender uma série de normas que deveriam ser digeridas e aprendidas sem explicação de o porquê era importante ter uma noção dos componentes linguísticos estudados para, enfim, aplicá-los na vida cotidiana. Além disso, a falta de compreensão acerca do motivo de se estudar Língua Portuguesa comprometia a interpretação dos textos. Por meio desse despreço à disciplina, aprimorou-se uma máscara em minha visão social dos fatos ocorridos na sociedade.

Em 2015, ao adentrar à EPSJV, trouxe junto a mim visões comuns, sem criticidade a respeito de diversos temas. Relativamente ao tema deste trabalho, uma das opiniões que eu tinha sobre a questão da violência urbana era que *“bandido bom, é bandido morto”*, além de entender que o levou os *“bandidos”* a virarem *“bandidos”* foi a criação que lhes foi dada ou, até mesmo, algo inato à pessoa. Sobre a mídia, outro ponto principal deste projeto, não tinha uma opinião tão bem resolvida: eu era um mero expectador, que apenas lia os textos e interpretava-os da forma que o autor queria, para que mantivesse o estigma citado no período anterior. No entanto, não era perceptível para mim que a assertiva *“bandido bom é bandido morto”* era designada apenas para certos indivíduos, os quais tinham cor e classe social definidas.

No momento em que as aulas de Língua Portuguesa começaram a ser ministradas pela Professora Viviane Soares, na EPSJV, houve um estranhamento, uma vez que em sua primeira aula a mesma afirmou que ninguém sabia ler. Conforme as aulas foram sendo ministradas, houve o entendimento dessa afirmativa: os educandos não sabiam relacionar o que foi aprendido nas aulas do Ensino Fundamental à interpretação dos textos, que constituiria uma visão mais aprofundada socialmente dos fatos. Uma de suas aulas foi ministrada através da manchete do portal G1 e pude perceber quantos sentidos passam

despercebidos nas leituras dos textos jornalísticos. Essa percepção foi atizada ao longo dos três anos de aulas de Língua Portuguesa.

Com base nessa nova visão sobre os estudos de Língua Portuguesa, bem como a partir da maneira com que a EPSJV nos apresenta a educação baseada na politécnica (trabalho como princípio educativo e formação *omnilateral* dos sujeitos), fez surgir o interesse por esse tema. Diante da posição de mundo assumida nas reportagens e face ao tratamento diferenciado em relação aos agentes oriundos de classes sociais diferentes, foi-se construindo este presente trabalho.

A escolha dos casos das reportagens partiu da percepção de que uns casos repercutem mais do que outros e que, por terem um alcance tão expressivo, essas reportagens deveriam ser analisadas a partir das diferenças com as quais atores sociais de classes sociais distintas são tratados pelas reportagens. A fim de trazer à tona esses tratamentos diferenciados, foram escolhidos apenas dois casos, visto que o tempo de execução deste trabalho não é longo. Os dois casos foram selecionados a partir de semelhanças entre os atos cometidos por atores sociais de classes sociais distintas, a fim de que fosse possível analisar apenas a forma como os mesmos são tratados.

A escolha dos portais de notícias foi baseada em um critério principal: os portais deveriam ter um número elevado de acesso e esses portais deveriam ter “*subportais*¹” que pudessem ser acessados por meio deles. Dessa forma foram escolhidos a *Globo.com* e o *UOL.com*, pois além de atender ao primeiro critério, esses portais também possuem “*subportais*”, tais como: *Folha de São Paulo*, *Extra*, *O Globo* etc.

O tema deste projeto foi se desenhando ainda no pré-projeto, momento em que foi apresentado à professora Flávia Coelho, na disciplina de PTCC (Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso) no fim de 2017. Inicialmente, o planejamento era trazer uma reflexão acerca da reprodução do discurso dominante por parte dos grandes portais de notícias. Durante a preparação do projeto, foi necessário decidir qual o melhor tema a ser abordado. Discutiu-se, então, a possibilidade de o projeto tratar de reportagens sobre política, sucateamento do SUS, educação, crimes. Após algumas rodadas de conversa com meu orientador, resolvi insistir no tema com as notícias sobre crimes, tendo em vista que o caso de Rafael Braga estava ainda fresco na memória. Ao iniciar o projeto, foi

¹ Portais menores que são pertencentes a *Globo.com* ou a *UOL.com*, exemplo: *Oglobo* é um subportal pertencente a *globo.com*

possível observar diversas tentativas de amenizar e naturalizar os fatos quando esses diziam respeito a sujeitos que não pertenciam à classe trabalhadora. A partir desta percepção, ainda sem entender como ocorrem os mecanismos para naturalizar atos de certos indivíduos nas reportagens, começaram os estudos teóricos na tentativa de compreender como esses mecanismos operam no sentido de manter as relações sociais. Dessa forma, ao estudar os conceitos de *ideologia*, *Estado* e *discurso*, baseado na concepção marxista, comecei a entender como certas relações são naturalizadas e como um ensino de língua mais reflexivo é fundamental em um projeto de sociedade que se pretenda menos injusta.

INTRODUÇÃO

“Todos os discursos são ideologicamente posicionados; nenhum é neutro” (MACDONEL 1986 apud GUARESCHI,1997: 167). Portanto, todo discurso é ideológico, mesmo que não seja possível explicitá-la para, em seguida, racionalizá-la. Segundo Ricoeur (1977 apud BRANDÃO, 2004: 28), uma ideologia é operatória e não temática, isto é, ela age atrás de nós e, por não conseguirmos vê-la, muitas vezes não é possível tematizá-la. Por isso, os discursos com intenção de camuflar a ideologia nele viesada utilizam algumas técnicas para que uma ideologia se torne ‘operatória e não temática’. É importante frisar que não existe apenas esta concepção de ideologia e que a mesma será desenvolvida no capítulo na qual será abordada.

Os métodos para ocultação e reprodução da ideologia no discurso podem consistir em “inverter, naturalizar, ocultar e apresentar o particular como se fosse universal” (IASI, 2007 apud GUIMARÃES, 2015: 74), além de alterações na morfologia, sintaxe e semântica das palavras, frases, orações, períodos e textos. Em múltiplos discursos, podem ser empreendidas várias dessas técnicas na tentativa de escamotear o real para legitimar a manutenção dos estratos sociais por meio da construção de senso comum, como, por exemplo, na famosa assertiva “*bandido bom é bandido morto*” que é comumente empregada para culpabilizar e condenar socialmente autores de determinados crimes que são cometidos por indivíduos de classes mais pobres; ou ainda na afirmação “*quem defende bandido é bandido também*”, esta geralmente utilizada contra quem argumenta em defesa da aplicação de instrumentos legais do Estado quando um crime for cometido por uma pessoa de classes sociais mais populares.

Os textos divulgados nos portais de notícias – assim como quaisquer outros textos – veiculam um discurso e, conseqüentemente, uma ideologia, a qual influencia a visão de mundo do sujeito leitor. Esses textos, que integram o domínio jornalístico, se materializam em diversos gêneros, sendo o gênero *reportagens* as que serão usadas neste trabalho, uma vez que será observada a influência da ideologia veiculada pelo discurso jornalístico construído pelos grandes portais e os efeitos do discurso no sujeito leitor, isto é, em sua visão de mundo. Assim, a partir dos conceitos de ‘Estado’, ‘ideologia’ e ‘discurso’, dois diferentes eventos difundidos em grandes portais da internet serão analisados, a fim de mostrar os díspares tratamentos dispensados a atores de distintas classes sociais.

Para explicitar a relação entre as notícias e os conceitos antes mencionados, o modelo de análise irá se basear naquele proposto por Guimarães (2015: 72). Em sua pesquisa, a referida autora anexou reportagens que seriam analisadas e as estudou individualmente a partir da forma (como foi dito) e do conteúdo (o que foi dito). No fim de todas as análises, a autora buscou realizar um paralelo entre as reportagens, trazendo apontamentos em comum entre elas e explicitando a ideologia construída por trás das reportagens. No presente trabalho, buscaremos seguir, sempre que couber, o modelo proposto por Guimarães (2015), isto é, trazendo as reportagens e analisá-las individualmente a partir de sua forma e conteúdo. Ao final, será traçado um paralelismo entre as reportagens com o objetivo de contrapor os diferentes tratamentos das classes sociais nas reportagens.

Indubitavelmente, o uso da internet para obter informações por meio de portais de notícias, nos últimos anos, tem crescido bastante e isso se deve, segundo pesquisas recentes, ao aumento do interesse dos leitores por instrumentos mais práticos de acesso a informações. De acordo com a PNAD Continua - “*Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016*”, 69% dos domicílios pesquisados possuem internet. Além disso, a *Pesquisa brasileira de mídia 2016 – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*, realizada pela Secretaria de Comunicação Social do governo federal (SECOM), revela que 49% das pessoas pesquisadas usam internet para buscar notícias. As referidas pesquisas se complementam e revelam o crescente uso da internet para a busca de informações e notícias, o que, por sua vez, aponta para a relevância dos portais de notícias.

Por consequência, este trabalho se mostra relevante à medida que as reportagens na internet têm sido lidas cada vez mais pelos brasileiros e, conforme já pontuado, todo texto veicula um discurso e este é ideologicamente orientado. Quando o discurso provém da grande mídia hegemônica, é certo que tal discurso se constrói no sentido de manter as estruturas sociais já legitimadas e afirmar o poder das classes dominantes. Essa construção do discurso veiculado pela grande mídia pode trazer problemas para o pensamento crítico dos cidadãos brasileiros, pois, nessa construção, ocorrem distorções e distinções de tratamento entre indivíduos de classes sociais diferentes, sendo essas distorções e distinções mascaradas por escolhas lexicais ou por estratégias de estruturação linguística escolhida por quem realiza o discurso.

Nesse sentido, entender como essa ideologia se realiza no discurso é fundamental para compreender como o uso das reportagens dos grandes portais de notícias opera no sentido de manter as relações sociais estáveis e, assim, tentar problematizar as discrepâncias observadas, incentivando a busca por um pensamento crítico acerca das reportagens. Logo, neste trabalho, os conceitos de ideologia e das unidades básicas de discurso se articulam para que sejam explicitadas e racionalizadas as distinções sociais feitas pelos jornalistas que realizam as reportagens.

No Capítulo 01 deste trabalho, será feita uma revisão bibliográfica dos conceitos de ‘ideologia’ e ‘Estado’, adotando-se as perspectivas marxista e gramsciana para esses conceitos, além do conceito de ‘discurso’. Igualmente, serão explicitados os conceitos de ‘texto’ e ‘gênero textual’, a fim de situar o objeto de análise: a reportagem. No Capítulo 01, serão apresentados os objetivos da presente pesquisa e a metodologia para análise das entrevistas que selecionadas. O Capítulo 03 apresentará as reportagens que serão analisadas, bem como as análises realizadas a partir delas. As análises partirão dos conceitos explicitados no Capítulo 02, com a finalidade de demonstrar de que forma há a manutenção das relações sociais por meio das reportagens. Por fim, o trabalho terá suas Considerações Finais.

A análise do material empírico buscará responder às seguintes questões: a) é possível reconhecer a ideologia por trás das notícias? b) em que se baseia essa ideologia? c) como essa ideologia influencia as relações sociais?

1. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Face ao que foi exposto, o objetivo geral deste trabalho é averiguar como operam os mecanismos para constituição e veiculação de ideologia da classe hegemônica por meio do discurso jornalístico em reportagens sobre crimes em grandes portais de notícias da internet. Em outras palavras, o objetivo maior deste trabalho é expor a maneira com que a classe dominante mantém a ordem e o equilíbrio das relações sociais a seu favor. Assim, por meio da análise de reportagens, pretende-se verificar como são tratados atores de diferentes classes sociais, para que seja possível compreender como a ideologia da classe dominante é não só produzida, como também reproduzida e, conseqüentemente, assegura a manutenção da ordem vigente. Para alcançar o objetivo geral, serão necessários objetivos específicos, que são os seguintes:

1. Construir o referencial teórico, a partir das concepções marxista e gramsciana, acerca dos conceitos de ‘ideologia’, ‘Estado’, além dos conceitos de ‘discurso’, ‘domínio jornalístico’, ‘texto’ e ‘gênero textual na literatura’;
2. Coletar as reportagens escolhidas nos sites do *Globo.com* e *Uol.com*, a fim de analisá-las e compará-las;
3. Relacionar os conceitos levantados por meio do referencial teórico com as análises das reportagens, explicitando o problema da manutenção das relações sociais por meio dos portais de notícias.

O trabalho estará baseado na abordagem quali-quantitativa que consistirá em: uma pesquisa de revisão bibliográfica; uma análise de reportagens retiradas de dois grande portais de notícias.

A primeira abordagem (qualitativa) será adotada para que um referencial teórico seja construído e contará com uma revisão da literatura acerca dos conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa: ‘ideologia’, ‘Estado’ e ‘discurso’. Será assumida a perspectiva marxista para conceituar os conceitos anteriormente citados, motivo pelo qual serão estudados alguns autores que seguem essa perspectiva. Essa pesquisa será realizada por meio de livros, artigos e revistas de acordo com o tema desejado, já exposto acima.

A segunda abordagem (quantitativa) consistirá nas análises de reportagens selecionadas em dois grandes portais de notícias da internet. As análises serão feitas segundo algumas estratégias apontadas por Guimarães (2015), a partir das quais a autora expõe as notícias e as analisa textualmente, expondo a ideologia que se esconde por trás

dos textos. Como os eventos escolhidos para o presente trabalho expõem dois casos específicos e com sujeitos específicos, além das análises dos textos, será realizado um paralelismo entre as reportagens escolhidas, a fim de compará-las e mostrar como os seus respectivos discursos veiculam a ideologia da classe dominante. Além disso para realizar as análises serão usadas uma notícia de cada caso dos portais <globo.com> e <uol.com.br>, os quais foram selecionados por conta de seu alcance midiático, bem como por serem grandes portais que conseguem realizar uma cobertura mais ampla das reportagens. Serão coletadas reportagens realizadas sobre dois casos de grande repercussão e que foram objeto de reportagem nos dois portais aludidos no mesmo ano após os casos terem acontecido.

A escolha das reportagens que serão analisadas neste trabalho foi orientada em razão da grande repercussão midiática de alguns eventos cujos autores (ou ‘suspeitos’) eram oriundos de classes sociais diferentes. Almeja-se que, ao fim das análises das reportagens escolhidas, seja possível traçar um paralelo em que se torne evidente a diferença no tratamento diferenciado que é dispensado a atores de classes sociais distintas.

Assim, a fim de realizar a comparação desejada, foram escolhidos 02 (dois) eventos que se sucederam em momentos diferentes e que foram praticados por atores diferentes: em um dos casos, o envolvido é oriundo de camadas sociais mais favorecidas, ao passo que, no outro caso, o envolvido é oriundo de camadas sociais menos favorecidas. As notícias escolhidas para as análises foram:

a) o caso de Rafael Braga: um rapaz pobre e negro que, durante as manifestações de 2013, foi preso portando um recipiente com água sanitária e outro, de desinfetante com etanol. A polícia considerou que os materiais em mãos de Rafael eram ‘coquetel molotov’ e o indiciou;

b) o caso da prisão de Breno Borges: um rapaz, filho de desembargadora, foi detido com quase 130 quilos de maconha, centenas de munições de fuzil e uma pistola nove milímetros. O homem foi preso e transferido, em seguida, para uma clínica psiquiátrica.

Por meio dos dois casos supracitados e das reportagens produzidas à época dos acontecimentos, pretende-se tornar evidente a ideologia que se encontra oculta sob o manto da neutralidade propagada nos meios de comunicação em massa. Para tanto, serão analisados:

a) elementos textuais: escolhas lexicais (que palavras foram usadas para qualificar ou identificar diferentes atores envolvidos nas reportagens?);

b) estratégias sintáticas e discursivas (ordem em que aparecem os constituintes das orações, vozes das orações, conectivos utilizados, uso de figuras de linguagem, fala de especialistas, dentre outras);

Logo, as análises serão realizadas da seguinte forma:

a) serão levantados todos os nomes e expressões ligados aos autores dos atos, uma vez que tais nomes e expressões podem revelar não só estereótipos reforçados pela grande mídia, mas também expectativas sociais distintas e que estão relacionadas a atores de diferentes classes sociais. Assim, por exemplo, espera-se que o nome de Rafael Braga seja menos citado nas reportagens e que a ele apareçam expressões ligadas à sua condição de ‘morador de rua’ ou quaisquer outras que tentem deslegitimá-lo; por outro lado, espera-se que Breno seja mais frequentemente chamado pelo seu nome (e sobrenome), bem como que sejam usadas expressões que o coloquem em um local prestigiado socialmente;

b) serão levantados também os nomes relacionados à prática do crime atribuído aos dois atores, bem como ao material que o referido autor portava. Espera-se que o nome da substância que Rafael Braga usava no momento de sua prisão apareça com maior destaque e que tal substância esteja relacionada com algo mais grave; ao contrário, espera-se que, no caso de Breno (filho da desembargadora), eufemismos possam ser feitos no intuito de diminuir a gravidade do crime (trocar *cocaína* por *entorpecente*, por exemplo);

c) será observada a ordem em que os constituintes aparecem em uma oração, uma vez que isso ajuda a lançar maior foco ou retirar o foco sobre determinado personagem e/ou fato. Cunha (2011: 167) salienta que, numa perspectiva funcionalista, “informações velhas, ou já mencionadas, tendem a ocorrer no início da cláusula e informações novas, no final”. Da mesma forma, construções na Voz Passiva permitem que o agente responsável por tal ato seja suprimido. Assim, é possível dizer, por exemplo, que “algo foi apreendido” sem dizer quem foi o responsável pela apreensão;

d) o uso de alguns conectivos será analisado no sentido de verificar a forma como determinados argumentos (importantes) são contrapostos em uma mesma construção;

e) será também verificado como os atores envolvidos nas reportagens são tratados: observar se o agente é tratado impessoalmente (generalizando o caso) ou pessoalmente (individualizando o caso), ou seja, retirando a importância socialmente do autor ou não. No mesmo sentido, serão apuradas as vozes oficiais que são mencionadas nas reportagens, pois tais falas possuem um peso socialmente.

A análise de elementos textuais, bem como de estratégias sintáticas e discursivas, têm por finalidade revelar os mecanismos utilizados pela grande imprensa e comentados por Mauro Iasi: “inverter, naturalizar, ocultar e apresentar o particular como se fosse universal” (2007 apud GUIMARÃES, 2015: 74). Conseqüentemente, revelar tais mecanismos trará à superfície a ideologia presente nas reportagens dos casos em questão, deixando explícito o papel da mídia na construção de estereótipos e ajudando na reflexão sobre como tal construção se liga a questões estruturais menos evidentes.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Conforme anteriormente anunciado, alguns conceitos são fundamentais para as análises que serão realizadas neste trabalho. Dessa forma, no presente capítulo, os conceitos de ‘Estado’, ‘ideologia’ e ‘discurso’ serão apresentados, assim como outros conceitos importantes e que a eles estão intimamente ligados, a fim de que seja construído um referencial teórico que norteará as análises. Importante ressaltar ainda que o referencial a ser construído segue uma orientação marxista e dentro desta, a concepção gramsciana.

2.1 ESTADO

O conceito de Estado é, geralmente, reduzido ao senso comum, isto é, o Estado é visto apenas como *“uma agência burocrática ou uma figura notória a administração pública”* (MENDONÇA, 2012: 350). É necessário compreender o conceito de Estado para superar o senso comum e, assim, aprofundar o entendimento sobre os demais conceitos que serão apresentados.

O conceito de Estado pode ser explicado por meio de três vertentes principais: liberal, marxista e gramsciana. Segundo a matriz liberal, primeira grande reflexão teórica sobre ‘Estado’, a sociedade seria um somatório de indivíduos com condutas egoístas e agressivas, motivo pelo qual haveria necessidade de um pacto ou contrato social para garantir princípios básicos – a vida e a propriedade. Assim, para que não houvesse barbárie e guerra *“os homens abririam mão da liberdade e prerrogativa individuais em nome de um governante”* (MENDONÇA, 2012: 350), fazendo surgir o *“Estado Civil”*. Desta forma, o Estado possuiria posição ambivalente, sendo neutro (tratar todos da sociedade da mesma forma, sem interesses particulares) e temível (monopolizar a violência física para contar possíveis ameaças ao contrato social). Surge, então, a noção de que o Estado é um *“sujeito”* (para fora e acima da sociedade) sem vínculo com os distintos grupos sociais (MENDONÇA, 2012).

A matriz marxista se opõe à matriz liberal e ao caráter *“a-histórico”* que deriva da concepção liberal de Estado. Para a matriz marxista, a sociedade não é apenas um somatório de indivíduos: estes possuem sociabilidade própria, a qual varia de acordo com o contexto social/histórico em que estão inseridos e de acordo com as funções que

desempenham no processo produtivo. O Estado teria sua origem atrelada ao surgimento da propriedade privada, momento em que um determinado grupo se apropriou daquilo que pertencia a todos, transformando em força de trabalho os que não faziam parte deste grupo. Com isso, o Estado surge da necessidade de assegurar e ocultar a apropriação de bens para o grupo detentor de propriedades privadas por meio de leis e medidas coercitivas com intuito de evitar revoltas. Para a matriz marxista, não foi um pacto social que fez o Estado surgir, mas sim o “um conjunto das relações sociais para garantir a continuidade da produção e reprodução de sua existência” (MENDONÇA, 2012: 350). A grande diferença entre as concepções liberal e marxista repousam no fato de esta não entender mais o Estado sem historicidade, que decorre naturalmente de um acordo de individualidades.

Antonio Gramsci amplia o conceito de Estado e passa a entendê-lo não mais como sujeito ou objeto, mas sim como “uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade”, (MENDONÇA, 2012: 352). A partir das definições firmadas por Marx, Gramsci redefine o conceito de Estado, incorporando a relação permanente entre sociedade civil e política. De acordo com o conceito de *Estado ampliado* definido por Gramsci,

[a] sociedade civil compreende o conjunto dos agentes sociais, associados nos chamados aparelhos privados de hegemonia, cernes da ação política consciente, e organizados pelos intelectuais orgânicos de uma classe ou fração, visando obter determinados objetivos. Em contrapartida, a sociedade política engloba o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito. Qualquer alteração na correlação de forças vigente em uma dessas esferas repercute, forçosamente, na outra. (MENDONÇA, 2012: 350-351)

Gramsci entende que o poder do Estado não poderia se constituir apenas a partir da coerção, sendo necessária a busca pelo consenso, isto é, pela organização das vontades coletivas na sociedade civil. Os aparelhos de hegemonia seriam, assim, os instrumentos que permitem a elaboração das consciências de forma a atingir a organização do poder do Estado. O conceito de Estado ampliado faz surgir um conceito de cultura que se constitui de “projetos e visões de mundo desenvolvidas por cada classe ou fração pautados por valores, crenças e autopercepções de indivíduos e grupos sobre seu lugar” (MENDONÇA, 2012: 351). Por isso, no Estado ampliado, deve haver consenso, uma vez que as vontades coletivas e a ação do Estado precisam se encontrar. Entretanto, no mundo capitalista, nem sempre todos os grupos conseguem organizar-se em aparelhos de

hegemonia e ter visão de mundo própria na sociedade civil, motivo pelo qual outras visões de mundo (cultura) já estabelecidas são copiadas, geralmente da fração hegemônica, partilhadas e, por consequência, se impõem sobre as demais (MENDOÇA, 2012).

2.2 IDEOLOGIA

O conceito de ideologia é difícil de ser compreendido e, por isso, muitas vezes é tratado de forma equivocada. Segundo Brandão (2004), a ideologia é uma visão da realidade social (condição material), que, quando é transmitida pelo discurso, inverte a realidade existencial (condição existencial), deixando lacunas para que uma coerência discursiva seja criada. Isso ocorre porque a realidade intelectual é diferente e separada da realidade material, se sobrepondo à realidade material: a realidade intelectual carrega a expressão das ideias da classe dominante e tem toda força material e espiritual à sua disposição (MARX, 1965 apud BRANDÃO, 2004). Para que se mantenha como hegemônica, a ideologia da classe dominante não pode deixar tudo explícito e nítido, pois corre o risco de se perder ao se mostrar completamente e, por isso, as lacunas e ocultamentos são importantes na manutenção ideologia.

Sendo assim, Marx (apud FIORIN, 2007) estabelece que a ideologia possui dois níveis de realidade: um de essência (não visível) e um de aparência (visível). As relações sociais no nível da essência se apresentam invertidas, criando uma falsa consciência, a fim de que seja explicada e mantida a ordem social. Um exemplo disso é a ideia amplamente difundida de que o sucesso social (ascensão social) e monetário deve ser conquistado mediante esforço próprio e individual: no nível da aparência, constrói-se a ideia de que a ascensão social é algo a ser conquistado por mérito próprio (meritocracia), sobretudo por indivíduos de classes sociais mais baixas, os quais são responsabilizados por seu ‘fracasso’ e precisam ‘se esforçar’ para alcançar seus objetivos; já no nível de essência, as desigualdades se constituem historicamente e funcionam como instrumento da classe dominante para manter os indivíduos socialmente mais pobres em sua situação desfavorável, utilizando essa meta – a ascender socialmente mediante esforço próprio – para que os mesmos se mantenham nessa busca e não percebam que essa ideia se constitui para manter os ‘prestigiados’ socialmente como classe dominante, deixando as relações desiguais.

Fiorin define (2007: 28) ideologia como “o conjunto de ideias e representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com outros homens”. Por isso, de acordo com Fiorin (2007), a ideologia oculta as relações sociais mais profundas, indicando apenas que as ideias dominantes são elaboradas a partir de formas fenomênicas (essência – visível) da realidade, sem apreender as relações sociais mais profundas. Fiorin (2007: 29) destaca ainda que, em sua dimensão mais ampla, ideologia é uma “visão de mundo”, isto é, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe social ordena, justifica e explica a ordem social. Neste sentido, nem toda ideologia é ‘falsa consciência’, uma vez que há visões de mundo presas às formas fenomênicas da realidade e outras que a ultrapassam, indo até a essência.

Para ser hegemônica, uma ideologia precisa de meios para se perpetuar e esses meios são importantes para que se tenham as condições necessárias para reprodução das relações de produção. O Estado constitui um importante meio para preservação da ordem dominante, uma vez que, por meio de aparelhos repressores (Forças Armadas, polícias, tribunais, prisões etc) reprime ações contrárias à classe dominante. Outros aparelhos ideológicos funcionam, ao lado do Estado, para perpetuação da ideologia dominante (instituições religiosas, a escola, família, política, a informação, a mídia, a cultura, etc), ‘exterminando’ a possibilidade de coexistirem outras ideologias (ALTHUSSER, 1970 apud BRANDÃO, 2004: 23).

Conforme visto anteriormente, Gramsci entende que os aparelhos de hegemonia são instrumentos que permitem a formação das consciências, sendo tais aparelhos organizados pela sociedade política. Nesse sentido, para que se alcance o consenso necessário à organização e manutenção do Estado, há a criação e reprodução de uma cultura, a qual, em razão dos diferentes acessos aos aparelhos de hegemonia, pode ser constituída por uma multiplicidade de visões de mundo, mas espelha apenas – ou com maior intensidade – a visão de mundo das classes dominantes, sendo as vontades coletivas construídas baseadas nessa cultura (MENDOÇA, 2013: 353).

Assim, ideologia não pode ser reduzida a um mero mecanismo de falseamento da realidade a “mando” da classe dominante, pois ao realizar essa redução ignora-se a existência de outras ideologias que podem não falsear a realidade. Portanto, deve-se entender que há sempre um campo de lutas ideológicas, em que diferentes ideologias disputam a condição de ser dominante. Marx diz que

[a]s ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx e Engels, 2007, apud BRANDÃO, 2016, pg. 76).

Dessa forma, as ideias dominantes têm um papel ativo na direção das existências e comportamentos dos indivíduos. Entretanto, “a dominação ideológica não exige que ela se realize necessariamente pelo mecanismo de falsa consciência ou representações ilusórias” (CARVALHO, 2018: 8). Nesse sentido, Althusser (CARVALHO, 2018: 8) afirma que

a ideologia se define pela sua função prático-social, não por um eventual aspecto cognitivo. Os discursos são ideológicos não porque falseiam a realidade, mas porque contribuem para que as estruturas sociais e de poder sejam *legitimadas* ou *questionadas* pelos indivíduos ou pelas classes.

O que se observa é a existência de um campo ideológico, no qual disputam diversas ideologias para se tornarem a ‘dominante’. As ideologias em disputa podem ou não ter em sua primeira dimensão uma luta classista, razão pela qual podem ser classistas (socialismo, liberalismo, anarquismo, etc) e não classistas (feminismo, ecologismo, antirracismo, etc). Além disso, no campo ideológico, as ideologias podem convergir ou divergir em diferentes graus (totalmente, parcialmente): por exemplo, o socialismo e capitalismo são divergentes, mas o grau de convergência/divergência entre capitalismo e ecologismo vai depender da vertente adotada por este.

Na luta para se tornar a ideologia dominante, podem surgir alianças ou tentativas de alianças para que as ideologias em questão se mantenham ou para que se tornem legítimas. Dessa forma,

[o] campo ideológico é constituído, assim, de uma diversidade de ideologias – que se expressam por diferentes e antagônicos valores, ideais, crenças, etc. Todas elas orientam as ações dos indivíduos, dos grupos e partidos em suas tentativas de influir nas decisões socialmente relevantes – em particular, sobre as políticas do estado. (CARVALHO, 2018: 9)

Assim, indivíduos e agentes já estão sob ação das crenças, ideais e valores difundidos socialmente; e as ideologias – que se expressam através das crenças, valores, ideias – surgem antes de nós na cena social. Além disso,

[c]omo as ideias, as crenças, os valores dominantes na sociedade tendem a ser os das classes dominantes então frequentemente os significados e os efeitos ideológicos das práticas sociais tenderão a reforçar a ordem capitalista vigente. Mas, isso não é inevitável nem uma necessidade. (CARVALHO, 2018: 11)

Portanto, concordar com o discurso de que a “dominação” ideológica é inevitável significa dizer que as classes “dominadas” não resistem, não forjam ideias revolucionárias, ignorando os constantes conflitos no campo ideológico. Da mesma forma que a burguesia fez na Revolução Francesa, “as classes dominadas buscam difundir também seus valores ideais, aspirações, etc, procurando se opor às ideias dominantes e influir sobre a consciência e ação de indivíduos e demais classes da sociedade” (CARVALHO, 2018: 11). No entanto, é perceptível, nas sociedades capitalistas, que as classes dominantes têm uma grandiosa vantagem, uma vez que o terreno ideológico, apesar de ser “atravessado por lutas e interpelações diversas e conflitivas”, “não é um espaço homogêneo ou equilibrado de forças”. Isto porque, como mostrou Marx, por deterem a posse e a propriedade dos instrumentos transmissores de sua ideologia, as classes dominantes têm “vantagens inegáveis na luta ideológica de classes” (CARVALHO, 2018: 12).

2.3 DISCURSO

Além dos conceitos de Estado e de ideologia, é fundamental explicitar o conceito de ‘discurso’. De acordo com Fiorin (2008: 32), discurso é o “conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo”, ou seja, para se perpetuar, uma ideologia precisa de um discurso. Isto porque não há ideias sem linguagem e, por isso, entende-se que não há visão de mundo desvinculada da linguagem. Assim, cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, ou seja, um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo. A formação discursiva é ensinada aos sujeitos ao longo do seu processo de aprendizagem linguística, sendo por meio de tal formação que os sujeitos constroem seus discursos, reagindo linguisticamente aos acontecimentos. Se uma forma ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva impõe o que dizer.

Nesse sentido, não existem pessoas livres de coerções sociais. Desde a escola, as pessoas são ensinadas a partir de um determinado discurso, são influenciadas pelo discurso que a mídia transmite e, muitas das vezes, são levadas a pensar que são livres das coerções sociais. Acerca disso, Fiorin (2007: 36) comenta que

[a]s normas sociais impõem até que desejos são admissíveis e que desejos não são admissíveis. O discurso, por sua vez, também é determinado por coerções ideológicas. Ora, se a consciência é constituída a partir dos discursos assimilados individualmente por membros de um grupo social e se o homem é limitado por relações sociais, não há uma individualidade de espírito nem uma individualidade discursiva absoluta.

Neste contexto, o discurso não é a expressão da consciência, mas sim a consciência formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelos sujeitos ao longo de sua vida. Discurso é, portanto, aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva: conforme Marcuschi (2010), o discurso se realiza nos textos; os textos realizam discursos em situações institucionais, histórias, sociais e ideológicas. A partir de sua formação discursiva, os sujeitos ‘constroem’ e reagem linguisticamente aos acontecimentos. Não existe discurso neutro, uma vez que qualquer discurso sempre veicula uma ideologia. Edward Lopes (apud FIORIN, 2007: 42) diz “[c]ombinando uma simulação com uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro”. Pêcheux (1990, apud GREGOLIN, 1995: 18) acrescenta que os valores ideológicos de uma formação social pessoal são apresentados nos discursos, e devem ser atribuídos ao destinador e ao destinatário mutuamente.

2.4 DOMÍNIO DISCURSIVO, TEXTO E GÊNERO TEXTUAL

Da mesma forma que os conceitos de ideologia e discurso precisam ser trazidos à baila para a realização do presente trabalho, os conceitos de ‘domínio discursivo’, ‘texto’ e ‘gênero textual’ também merecem atenção. Isto se deve à necessidade de melhor situar as reportagens que serão utilizadas, a fim de que se possa compreender como os discursos são construídos. Os significados de ‘discurso’ e ‘texto’, em muitas ocasiões, são tratados como sinônimos, mas, de fato, constituem funções diferentes e características específicas.

A formação discursiva, por ser um material linguístico de perpetuação da ideologia, é um espaço de reprodução, uma vez que quase não há criação de novos discursos. Os discursos interiorizados de cada indivíduo são assimilados durante sua vida social e, por ser um espaço de reprodução, a liberdade de escolha é quase nula. Sendo assim, o discurso não é único e nem irrepitível. Já o texto é a manifestação do discurso, ou seja, é o instrumento por meio do qual o discurso se materializa para perpetuar uma dada visão. O texto, diferentemente do discurso, possui um nível de escolha maior, tendo

em vista que é por meio do texto que as pessoas podem escolher a melhor forma de concretizar um discurso. Além disso, dois textos podem materializar um mesmo discurso de maneira diferente, sem, no entanto, significar que o mesmo discurso esteja de maneira diferente. Por exemplo, um discurso negativo pode ser transmitido textualmente de diversas formas: um acenar com a cabeça, acenar com as mãos, dizer a palavra “não”, etc. Neste sentido, Fiorin (2007: 40) argumenta que “[o] mesmo discurso pode ser manifestado por diferentes meios de expressão. Nessa manifestação, atuarão as coerções do material e agregar-se-ão os conteúdos engendrados pelos efeitos estilísticos da expressão”.

Os conceitos ‘*domínio discursivo*’, ‘*texto*’ e ‘*gênero textual*’ são importantes para as relações que se pretendem estabelecer neste trabalho, uma vez que diversas vezes esses conceitos são confundidos com ‘discurso’ (muitas ocasiões um texto é visto como o discurso propriamente dito) e transmitidos de maneira equivocada. Para MARCUSCHI (2010: 22), *domínio discursivo* é expressão usada para

designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso religioso* etc.

Já o conceito de *texto* se refere à “unidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual”. Assim, a expressão *gênero textual* é usada para “referir textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2010: 23). O gênero textual usado neste trabalho será “reportagens e notícias jornalísticas”, que fazem parte do domínio jornalístico, sendo exclusivos deste.

Os conceitos explicitados serão articulados de maneira a indicar como a ideologia se insere no discurso jornalístico por meio das diferentes formas de tratamentos fornecidos às classes sociais nas notícias de crime na web para manter as relações sociais.

3. AS REPORTAGENS

Neste capítulo, serão analisadas as reportagens selecionadas. No final deste capítulo, será feita uma comparação entre as análises que foram realizadas. Deve-se esclarecer que não foi tarefa fácil encontrar as reportagens escolhidas, o que nos leva a pensar que dificultar o acesso a reportagens antigas seja uma estratégia para evitar leituras diferenciadas.

Além da dificuldade de encontrar as reportagens, é importante pontuar algo interessante que também foi observado: ao realizar as pesquisas para escolha das reportagens que seriam analisadas, pôde-se perceber que havia muito mais matérias disponíveis sobre o caso de Breno (filho da desembargadora e que foi preso por tráfico de drogas e armas) do que as reportagens sobre o caso de Rafael (morador de rua, preso durante as manifestações de 2013 com material da limpeza). Provavelmente, o fato de Breno se colocado em um lugar que não é comum a pessoas de sua classe/origem social (traficante) gere estranheza e, por isso mesmo, chame mais atenção por ser *menos natural*. Pode ser ainda que a própria posição social ocupada por Breno já o coloque em destaque e, conseqüentemente, haja maior interesse em torno dos acontecimentos dos quais ele faça parte.

Portanto, essa dificuldade em encontrar reportagens, aliada à diferença quantitativa de reportagens dos casos, fez com que fossem escolhidas apenas uma reportagem de cada caso nos portais selecionados, <UOL> e <globo.com>. O critério para escolha das reportagens a serem analisadas foi o de proximidade (data) com o acontecimento.

Conforme já exposto na metodologia, os critérios de análise englobam estratégias sintáticas e discursivas, além dos elementos textuais, como as escolhas lexicais. Para tanto:

- a) serão levantados todos os nomes e expressões ligados aos autores dos atos;
- b) serão levantados também os nomes atribuídos à prática do crime atribuído aos dois atores, bem como ao material que o referido autor portava;
- c) será observada a ordem em que os constituintes aparecem em uma oração, além da construção das orações (voz ativa ou voz passiva, constituintes omitidos etc);
- d) será observado o uso de alguns conectivos;

- e) será também verificado como os atores envolvidos nas reportagens são tratados: observar se o agente é tratado impessoalmente (generalizando o caso) ou pessoalmente (individualizando o caso).

3.1 ANÁLISES DAS REPORTAGENS

Conforme dito anteriormente, passaremos à análise das entrevistas selecionadas. As análises serão expostas da seguinte maneira: primeiro serão estudadas as reportagens do Breno e, após, serão analisadas as reportagens do Rafael. Importante pontuar que alguns exemplos dados em algumas reportagens não serão repetidos nas demais, a fim de não se tornar repetitivo. Além disso, as reportagens foram copiadas dos portais e coladas no corpo do texto.

1º Reportagem de Breno realizada pela GLOBO.com

Preso com droga, filho de desembargadora alega insanidade e pede suspensão de ação

Breno Fernando Solon Borges trocou a prisão por uma clínica médica

OGLOBO com informações do G1

24/07/2017 - 15:31 / 24/07/2017 - 22:14

Breno Fernando conseguiu uma liminar no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul para substituir sua prisão preventiva por internação médica. Ele deixou o presídio na última sexta-feira e foi para uma clínica. A ordem para soltura de Breno Fernando foi autorizada na terça-feira, mas um outro mandado de prisão expedido pela Polícia Federal (PF) impediu sua saída.

De acordo com a PF, uma organização criminosa especializada no contrabando de armas planejava novamente o resgate de um detento na Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande, entre os integrantes, o filho da desembargadora.

As investigações se iniciaram em março, quando o líder da organização orquestrou uma tentativa de fuga da Penitenciária de Três Lagoas com o uso de uma pistola calibre .380. Após análises de aparelhos celulares apreendidos, com autorização judicial, a polícia constatou que Breno auxiliaria na fuga do preso em Três Lagoas.

Breno Fernando foi preso em dia 8 de abril, quando foi flagrado com drogas e uma arma de fogo sem autorização. Ele responde a processo por tráfico de drogas, associação para o tráfico e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. O caso corre em segredo de Justiça.

O GLOBO tentou contato com o advogado Gustavo Gottardi, responsável pelo caso de Breno Fernando, mas até o final da tarde desta segunda-feira o defensor ainda não retornou as ligações.

A reportagem a ser analisada foi publicada no dia 24/07/2017 no portal de *OGlobo* que se encontra hospedado no portal da Globo.com².

Em relação às escolhas lexicais, é possível observar que o autor do suposto crime é chamado pelo nome ('Breno Fernando' ou 'Breno') e por várias expressões nominais são utilizadas para relacioná-lo a uma posição prestigiada socialmente: 'filho da desembargadora', 'filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS)'. A escolha dessas expressões não ocorre de maneira aleatória: vincular a condição social prestigiada do autor ao crime que ela teria cometido causa estranheza ao leitor e essa estranheza é utilizada – e reforçada – a fim de amenizar a situação do autor. Em outras palavras, não se espera que o filho de uma desembargadora seja preso como traficante e, se isso acontece, rompe-se com uma expectativa social em torno desse sujeito, tornando-o “um ponto fora da curva” e fazendo com que seus atos sejam compreendidos como um erro menos grave.

As estruturas sintáticas da reportagem são feitas em quase sua totalidade na voz ativa, lançando foco sobre o agente da ação. Assim, em “*Breno Fernando conseguiu uma liminar no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul para substituir sua prisão preventiva por internação médica*”, tem-se a ideia de que o próprio autor conseguiu a liminar que o beneficiava, pois, sua soltura era uma questão de justiça, isto é, 'Bruno tanto tinha direito que conseguiu a liminar, ele próprio, independente de advogado, junto ao Tribunal de Justiça'. Neste caso, sequer o Tribunal de Justiça concedeu a liminar, mas sim Bruno conseguiu a liminar.

Outras inversões podem ser percebidas no sentido de tornar menos culpável o ato cometido por Bruno ou, pelo menos, torná-lo menos culpado de um crime grave. Na manchete da reportagem “*Preso com drogas, filho de desembargadora alega insanidade e pede suspensão da ação*”, o motivo que levou à prisão aparece separado da estrutura da oração, antecedendo o sujeito da oração. Essa ordenação faz com que a informação relevante, o motivo da prisão, tenha a sua importância diminuída, uma vez que é alçada para o início da estrutura. Isto ocorre, pois, informações novas e mais relevantes tendem a aparecer no final das sentenças, sendo as informações velhas ou já conhecidas colocadas no início das sentenças (BRAGA e SILVA, 1997: 46; CUNHA, 2011: 169). Por exemplo, em “eu cortei o meu cabelo”, a atenção recai sobre a informação do que foi cortado, o cabelo, mas em “o meu cabelo, eu cortei”, o foco informacional recai sobre a ação que ocorreu sobre o cabelo, cortar. Assim, trazer para o início da

² Disponível em < <https://oglobo.globo.com/brasil/preso-com-droga-filho-de-desembargadora-alega-insanidade-pede-suspensao-de-acao-21625304> >, acessado em 03/12/2018

sentença a expressão “*preso com drogas*” faz com que maior foco seja dado ao restante da oração, isto é, ao fato de o filho da desembargadora ter alegado insanidade e, por isso, pedido a suspensão do processo.

A mesma estratégia é utilizada no parágrafo inicial da reportagem:

Flagrado com 129 quilos de maconha, o filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) Tânia Garcia Borges, Breno Fernando Solon Borges, de 37 anos, alegou estado de “insanidade mental” e pediu à Justiça a suspensão do seu processo”.

A quantidade de droga apreendida com Bruno é colocada no início da oração, fazendo com que o foco recaia, mais uma vez, na origem social do agente – expressa, aliás, por meio de uma estrutura nominal muito grande – e no seu pedido junto ao Poder Judiciário. Além disso, observa-se que, quando uma estrutura na voz passiva coloca Bruno como sujeito no início da oração, tal como em “*Breno Fernando foi preso em dia 8 de abril, quando foi flagrado com drogas e uma arma de fogo sem autorização*”, omite-se a quantidade de drogas (informação relevante colocada no final da oração).

Destaca-se uma estrutura argumentativa interessante: no início do segundo parágrafo da reportagem, afirma-se que Breno conseguiu uma liminar para sua prisão ser substituída por uma internação em clínica por conta de “insanidade mental”. Ao final do parágrafo, diz-se que “[a] ordem para soltura de Breno Fernando foi autorizada na terça-feira, mas um outro mandado de prisão expedido pela Polícia Federal (PF) impediu sua saída”. É possível perceber que o conectivo “mas” tem uma razão para estar neste período. A primeira oração “a ordem de soltura de Breno Fernando foi autorizada” encontra-se na voz passiva sem qualquer menção ao responsável pela ordem, produzindo a percepção de que Breno conseguiu a ordem de soltura por uma questão de justiça, porque assim deveria acontecer. No entanto, após o conectivo “mas”, a informação de que a soltura de Breno não foi possível é realizada por meio de uma oração na voz ativa, com o responsável (Polícia Federal) pelo ato (mandado de prisão) bem explícito: “*mas um outro mandado de prisão expedido pela Polícia federal (PF) impediu sua saída*”. Dito de outra forma, Breno sairia da prisão porque merecia, mas um outro agente o impediu de sair.

A reportagem analisada trata Breno como uma pessoa, ou seja, dando-lhe voz, não o abordando apenas como um caso ou episódio. Só há uma única oportunidade em que Breno foi tratado impessoalmente “[o] caso corre em segredo de Justiça”. Além disso,

não foram usadas vozes oficiais no texto para defender um argumento, ou seja, Breno não precisou de uma autoridade que falasse por ele.

As estruturas semânticas relacionadas ao crime cometido por Breno são: *drogas* e *arma de fogo*. A palavra *drogas*, em quase todas as oportunidades em que aparece, não possui complemento, ou seja, não é informado o quanto Breno portava quando foi “flagrado”. Isso apenas aparece uma vez, logo na primeira frase do primeiro parágrafo. Além disso, o porte ilegal de arma de fogo só é mencionado uma vez, sendo que é um crime que deve ser citado com devida importância, uma vez que arma ilegal é símbolo de ‘bandido’.

2º Reportagem de Breno realizada pela UOL.com

A reportagem que será analisada foi divulgada pela Folha de São Paulo no dia 25/07/2018, sendo encontrada no portal do UOL³.

cotidiano

Filho de desembargadora de MS preso por tráfico sai de cadeia e vai à clínica



Breno Borges deixou a prisão mesmo sendo flagrado com carga de quase 130 kg de maconha, em MS

SILVIA FRIAS
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM CAMPO GRANDE

25/07/2017 © 11h46

³ Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1904126-filho-de-presidente-do-tre-ms-preso-por-traffic-sai-de-cadeia-e-vai-a-clinica.shtml> > acessado em 07/12/2018

Filho de desembargadora de MS preso por tráfico sai de cadeia e vai à clínica

SILVIA FRIAS

Colaboração para Folha em Campo Grande

25/07/2017 – 11h45

Denunciado pela Promotoria por porte de 129,9 quilos de maconha e 270 munições, o filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral em Mato Grosso do Sul (TER-MS), desembargadora Tânia Garcia Freitas, foi beneficiado, em três decisões do Tribunal de Justiça do Estado, com a transferência do presídio estadual para clínica médica.

A defesa de Breno Fernando Solon Borges, 37, alegou que ele sofre de transtorno de personalidade Borderline, sendo duvidosa a sua sanidade mental.

Borges, a namorada dele, de 18 anos, e um serralheiro foram presos preventivamente no dia 8 de abril, em operação das polícias Federal e Rodoviária Federal, na BR-262, em Água Clara (a 192km de Campo Grande).

Nos dois veículos conduzidos por eles, os policiais encontraram a droga e as munições para armas de calibres 7,62mm e 9mm. No boletim da polícia que relata a ocorrência, consta que o empresário confessou que levaria o carregamento para Itapira (SP), a um desconhecido.

Em primeira instância, os pedidos de revogação da prisão foram negados. No dia 18 de julho, o desembargador Ruy Celso Florence, colega da mãe do empresário, deferiu habeas corpus, permitindo a transferência de Borges do Presídio de Segurança Média de Três Lagoas (MS) para uma clínica médica do Estado.

No despacho, o desembargador alegou que o empresário precisava se submeter a um tratamento para amezinhar a instabilidade emocional e a impulsividade, reações comuns a quem tem transtorno de Borderline.

Porém, no mesmo dia em que o desembargador Ruy Florence decidiu pela ida de Borges à clínica, um outro mandato de prisão também foi expedido, desta vez, pela Polícia Federal.

Uma investigação da PF, iniciada em março, constatou que Borges teria participado num plano de fuga a um detento do presídio de Três Lagoas (MS). Interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça flagraram Borges no esquema.

A vigência do mandado de prisão, no entanto, não durou mais do que três dias. Na madrugada desta última sexta (21), o filho da desembargadora de Mato Grosso do Sul teve outro habeas corpus deferido pelo desembargador plantonista José Ale Ahmad Neto, que manteve a ida dele para a clínica médica.

Nesta segunda-feira (24), na sessão da Câmara Criminal do TJ-MS, os desembargadores votaram o mérito da liminar do primeiro habeas corpus expedido em favor de Borges e mantiveram a decisão pelo tratamento médico.

OUTRO LADO

O advogado Gustavo Gottardi, que representa Breno Solon Borges, disse à Folha que a decisão do TJ-MS não tem nada de extraordinária, sendo coerente, baseada no artigo 319 do Código de Processo Penal, que prevê internação compulsória se perícia concluir pela inimputabilidade ou semi-inimputabilidade. “Não houve privilégio”, afirmou. Segundo Cottardi, Borges já foi levado para um clínica no Estado.

A reportagem também tentou falar com a desembargadora Tânia Garcia Freitas, mas, segundo a assessoria de imprensa do TJ-MS, ela não está se pronunciando sobre o caso, que corre em segredo de Justiça.

As escolhas lexicais relacionadas ao autor do suposto crime são realizadas por meio de seu nome e/ou sobrenome ('Breno Fernando Solon Borges' e 'Borges'), além de algumas expressões que indicam uma posição social bem-conceituada: '*Filho de desembargadora de MS*', '*filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral em Mato Grosso do Sul (TRE-MS)*'. Dessa forma, a associação entre a condição social do autor do suposto crime e seu respectivo delito tem por finalidade causar uma estranheza ao leitor: não se espera que o filho de uma desembargadora cometa crimes, isto é, Breno, filho de desembargadora, tem boa origem social e não se espera que ele seja preso como 'traficante'. Com isso, ao confirmar a prisão de Breno, rompe-se com a expectativa social que se tem em relação a pessoas de sua classe social, transformando-o em uma exceção à regra, minimizando a compreensão nos leitores acerca do ato que foi cometido por Breno.

Além disso, é importante registrar o uso da expressão '*empresário*' para se referir a Breno. Assim em "*No despacho, o desembargador alegou que o empresário precisava se submeter a um tratamento para amenizar a instabilidade emocional e a impulsividade[...]*", a reportagem reforça a ideia de que Breno ocupa uma posição social prestigiada socialmente: ele é um empreendedor. Dessa forma, a matéria transmite a sensação ao leitor de incoerência, ou seja, 'como pode um empresário ter cometido o mesmo crime que um traficante?'. Portanto, essa sensação de incoerência faz com que o crime cometido por Breno seja compreendido de outra maneira ao longo da reportagem, como um ato passível um julgamento mais cauteloso e menos apressado. Há de se considerar ainda a escolha de se expor a condição de saúde de Breno junto à sua condição social. Dessa forma, ao comentar que Breno precisa se submeter a um tratamento para amenizar a instabilidade emocional e impulsiva, a matéria reforça a ideia de minimizar o ato cometido por ele: para um empresário cometer crimes com os que Breno cometeu, ele precisaria estar doente. E a doença de Breno tem nome e – por acaso ou não – não é um nome qualquer: *transtorno de Borderline*.

Em relação às estruturas sintáticas, a matéria foi feita majoritariamente com orações na voz ativa, sendo o sujeito de tais orações, em grande parte, alguém que apoia Breno:

A defesa de Breno Fernando Solon Borges, 37, alegou que ele sofre de transtorno de personalidade Borderline, sendo duvidosa a sua sanidade mental.

Os desembargadores votaram o mérito da liminar do primeiro habeas corpus expedido em favor de Borges e mantiveram a decisão pelo tratamento médico.

Nos períodos acima, é possível observar que os sujeitos das orações não são Breno, mas sim alguém que o defende ou decide em seu favor. As poucas vezes em que houve uso da voz passiva, Breno aparece como beneficiário de três decisões do Tribunal de Justiça: “o filho da desembargadora Tânia Garcia Freitas, foi beneficiado, em três decisões do Tribunal de Justiça do Estado[...]”. Dessa forma, é reforçada a ideia de que Breno não merece estar preso e, por isso, nada mais *natural* do que quem o julga também achar isso. Além dessas estratégias, também foi usada outra estratégia para transformar Breno em alguém menos culpado, como em:

Denunciado pela Promotoria por porte de 129,9 quilos de maconha e 270 munições o filho da presidente [...], foi beneficiado, em três decisões do Tribunal de Justiça do Estado[...]

No trecho, há a colocação da quantidade de drogas e munição que Breno portava (única oportunidade em que isso acontecesse), porém esta informação aparece no início do período, ou seja, a informação da prisão de Breno perde sua relevância ao ser alçada para o início do período. Conforme dito anteriormente, elementos que aparecem à direita (no final) da oração/período carregam informações novas e, portanto, mais relevantes sob o ponto de vista discursivo. Assim, ao colocar a informação da quantidade de drogas e arma apreendidas com Breno no início da oração, a construção coloca o foco no que aparece depois: as três decisões favoráveis ao autor.

É importante pontuar ainda uma outra estratégia discursiva que foi usada na reportagem para que Breno se torne menos culpado. Essa tática é realizada por meio de um conectivo de oposição em uma passagem na qual se comenta uma fala a favor da prisão de Breno. Assim em:

[um] outro mandado de prisão também foi expedido, desta vez, pela Polícia Federal. (...) A vigência do mandado de prisão, no entanto, não durou mais do que três dias.

É nítida a intenção do autor do texto ao usar o conectivo ‘*no entanto*’. Na primeira oração, há a ideia de que Breno ficaria preso, pois a Polícia Federal expediu outro mandado de prisão contra ele. Ocorre que, na oração em que há o conectivo, coloca-se que este mandado de prisão não durou, fazendo com que seja levantada a ideia de que

Breno não merecia estar preso, tanto que um mandado expedido pela PF contra ele não teve sequer duração de três dias. Em outras palavras, a reportagem faz com que seu leitor infira que Breno poderia não ser tão culpado.

Percebe-se que há, na reportagem, diferentes vozes que agem em favor de Breno:

O advogado Gustavo Gottardi, que representa Breno Solon Borges disse à Folha que a decisão do TJ-MS não tem nada de extraordinária”

Os desembargadores votaram o mérito da liminar do primeiro habeas corpus expedido em favor de Borges e mantiveram a decisão pelo tratamento médico.

Vozes que representam a lei (advogado e desembargadores) defendem Breno. Destaca-se ainda que ‘o *advogado* defende Breno’ e ‘os *desembargadores* decidiram em favor de Breno’: não se defende um caso e a decisão não é favorável, isto é, Breno não é reduzido à coisa e mantém a condição de humano. A única oportunidade em que é tratado apenas como um caso aparece ao final da reportagem, na última oração.

As escolhas lexicais relacionadas ao material que Breno portava foram: ‘*drogas*’, ‘*munições para armas de calibres 7,62 mm e 9mm*’, ‘*129,9 quilos de maconha*’, ‘*270 munições*’. Por mais detalhado possível, há de se destacar que cada uma das palavras relacionadas ao material que Breno portava só aparecem uma vez cada na reportagem. Em relação ao pouco uso dos termos que ligam o material que Breno portava ao crime que cometeu, há a intensa utilização da justificativa de sua saúde mental, apelando para que o mesmo não fosse preso:

A defesa de Breno Fernando Solon Borges, 37, alegou que ele sofre de transtorno de personalidade Borderline, sendo duvidosa a sua sanidade mental.

No despacho, o desembargador alegou que o empresário precisava se submeter a um tratamento para amenizar a instabilidade emocional e a impulsividade, reações comuns a quem tem transtorno de Borderline.

Em ambos os trechos há a citação da sua situação de saúde. Isto é feito de forma intencional, sendo realizada para que cause comoção no leitor e o mesmo se incomode com a situação: ‘Breno foi preso, mas ele é apenas uma pessoa instável mentalmente’.

Ao fim da reportagem, há ainda uma estratégia para levar o leitor a entender que houve interferência da condição social de Breno nas decisões judiciais a seu favor, sendo assim, todas as decisões justas e merecidas:

A decisão do TJ-MS não tem nada de extraordinária, sendo coerente, baseada no artigo 319 do Código de Processo Penal, que prevê internação compulsória se perícia concluir pela inimputabilidade ou semi-inimputabilidade. “Não houve privilégio”, afirmou.

Ao citar o artigo do Código de Processo Penal e argumentar que as decisões foram baseadas nele, desvincula-se a possibilidade de haver privilégio por conta de sua condição social de Breno, isto é, as decisões basearam-se na lei.

3º Reportagem de Rafael realizada pela Globo.com

A reportagem que será analisada foi divulgada pelo *Oglobo* no dia 04/12/2013, cujo portal fica alojado na Globo.com⁴.

⁴ Disponível em < <https://oglobo.globo.com/rio/justica-condena-manifestante-presos-com-coquetel-molotov-10961857> > acessado em 04/12/2018

Justiça condena manifestante preso com coquetel molotov

Rafael Braga Vieira terá de cumprir pena de cinco anos em regime fechado

Fábio Teixeira

04/12/2013 - 00:01 / 04/12/2013 - 23:04

RIO - O catador de latas Rafael Braga Vieira, de 26 anos, é a primeira pessoa a ser condenada depois de ser presa num dos protestos que sacudiram o Rio este ano. Baseando-se num laudo que atestou que o réu carregava coquetéis molotov ao ser detido, em 20 de junho passado, o juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte, da 32ª Vara Criminal do Rio, o condenou a cinco anos de prisão, em regime fechado. A decisão foi tomada em julgamento no último dia 2. Rafael já está cumprindo pena na Penitenciária Milton Dias Moreira, em Japeri.

Outras três pessoas presas em protestos continuam na cadeia. No próximo dia 16, deve acontecer o julgamento de Jair Seixas Rodrigues, o Baiano, de 37 anos, detido durante manifestação no Centro, em outubro. Ele é acusado de formação de quadrilha e está na Cadeia Pública Bandeira Stampa, em Gericinó. Os outros presos aguardando julgamento são Wallace Vieira Gonçalves e Sérgio Henrique de Souza Lopes.

Segundo o juiz que condenou Rafael, a defesa tentou alegar que ele carregava material de limpeza. No entanto, o laudo técnico nº 267/13, da Polícia Civil, atestou que o material encontrado com o acusado tinha potencial até para matar: “O etanol encontrado dentro de uma das garrafas poderia ser utilizado como combustível em incêndios, com capacidade para causar danos materiais, lesões corporais e o evento morte, delineando, assim, a potencialidade lesiva dos artefatos”.

Defensoria poderá recorrer

A Defensoria Pública do Rio informou em nota que ainda não foi notificada da sentença, mas adiantou que avaliará a possibilidade de entrar com recurso contra a decisão. Durante o julgamento os defensores públicos tentaram provar que o réu não transportava coquetéis molotov. Eles apresentaram um laudo de peritos

do Esquadrão Antibombas da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). Segundo o documento, no estado em que o material se encontrava, estava “apto a ser acionado ‘por chama’ e lançado; porém com mínima aptidão para funcionar como coquetel molotov”.

Rafael foi preso durante um protesto ocorrido no Centro do Rio. Segundo contaram durante o julgamento os policiais da Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (Dcav), que realizaram a prisão, o acusado foi visto entrando numa loja com uma mochila e saindo de lá em seguida com dois coquetéis molotov nas mãos. Ele não soube explicar na delegacia o que fazia com os frascos na mão.

Na decisão, o juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte levou em conta o fato de Rafael ser reincidente — já tinha sido condenado duas vezes por roubo — e considerado foragido da Justiça. Em sua sentença, o magistrado fixou a pena em quatro anos, por porte ilegal de arma, além de dez dias-multa. Por causa da reincidência, a punição subiu para mais um ano.

Réu estava foragido

Mesmo com direito a recorrer, Rafael deverá permanecer preso, de acordo com o juiz, pelo fato de ser foragido da Justiça. “Urge destacar que o réu foi preso em flagrante por este novo crime enquanto se encontrava evadido do regime prisional”, afirmou o magistrado na sentença.

Ainda segundo ele, “o fato ocorreu enquanto centenas de milhares de pessoas reuniam-se, pacificamente, para reivindicar a melhoria dos serviços públicos”. Guilherme Schilling acrescentou que, durante o protesto, “verificou-se a presença de minoria, quase inexpressiva (se comparada com o restante de manifestantes), imbuída única e exclusivamente na realização de atos de vandalismo, tendentes a descreditar e desmerecer um debate democrático”.

Para o juiz, “a utilização do material incendiário, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à incolumidade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam famílias inteiras, incluindo crianças e idosos”.

Na reportagem em questão, é possível perceber que, ao se referir ao autor do suposto crime, geralmente, se faz uso do nome do agente ('Rafael' ou 'Rafael Braga Vieira'). Além disso, outra expressão é utilizada para fazer referência ao autor do suposto crime logo na abertura da reportagem: 'catador de latinhas'. O uso dessa expressão situa o agente na escala social e já antecipa a expectativa do leitor, isto é, se é catador de latinhas, é provável que seja culpado. Expor na primeira frase do texto da reportagem a ocupação do agente, "catador de latinhas", em uma oração nominal, na voz ativa, relacionando os nomes "preso" e "condenado" a Rafael, é legitimar o senso comum e colocar o agente de acordo com o que dele se espera. É importante citar que houve uma quantidade considerável de ocasiões em que Rafael foi denominado como *réu* ou *acusado*. As escolhas desses vocábulos não foram realizadas por acaso: o uso repetitivo das palavras *réu*, *acusado* e *condenado* manifesta a intenção de naturalizar o lugar do agente, assim, não conferindo oportunidade de defesa ou voz ao indivíduo, uma vez que sua posição social o coloca, *naturalmente*, na posição de provável culpado.

As estruturas sintáticas da reportagem aparecem, em grande quantidade, na voz ativa, porém, em poucas oportunidades, o sujeito dessas orações é Rafael: ele é paciente de tudo o que acontece, não interfere, sofre as ações possivelmente. Dessa forma, o foco da reportagem recai nos sujeitos das orações que estão na voz ativa, mas esses sujeitos são outras vozes. Assim, em "[o] laudo técnico nº 267/13, da Polícia Civil, atestou que o material encontrado com o acusado tinha potencial até para matar[...]" ou em "[o] juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte, da 32ª Vara Criminal do Rio, o condenou a cinco anos de prisão, em regime fechado", tem-se a imagem de Rafael apenas como alguém que deveria ser condenado e preso, pois um juiz e (um laudo da) polícia civil, que são vozes com reconhecido prestígio na sociedade, são as autoridades competentes para punir um homem negro foi encontrado portando "bombas". Essa ideia é referendada no trecho a seguir em que, para o juiz,

a utilização do material incendiário, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à incolumidade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam famílias inteiras, incluindo crianças e idosos.

Em um dos poucos momentos em que há orações na voz passiva no texto, declara-se que já houve decisão, omitindo-se o agente da passiva (quem condenou), razão pela qual se entende que a decisão seria tomada de qualquer forma, por qualquer órgão ou

autoridade, sendo, portanto, incontestável: “*A decisão foi tomada em julgamento no último dia 2*”.

Além disso, outras estratégias são utilizadas com a mesma intenção – naturalizar a condenação – e como forma de justificativa para a prisão de Rafael. É possível observar tais estratégias em duas passagens:

Na decisão, o juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte levou em conta o fato de Rafael ser reincidente — já tinha sido condenado duas vezes por roubo — e considerado foragido da Justiça.

Mesmo com direito a recorrer, Rafael deverá permanecer preso, de acordo com o juiz, pelo fato de ser foragido da Justiça.

O primeiro exemplo, ao citar que o juiz levou em conta o fato de Rafael ser reincidente, há a tentativa de justificar a prisão de Rafael, colocando-o em um lugar no qual já está acostumado a ocupar – ser réu – quer dizer, Rafael já está habituado a ser preso, é apenas mais um caso para ele. Além disso, a reincidência funciona como argumento para tornar ainda mais *natural* a prisão de Rafael. Seria equivalente a dizer que “a menina merecia ser estuprada porque estava vestindo roupa curta e andando à noite sozinha em lugar perigoso”, ou seja, tentar justificar um ato – ser estuprada – culpando a própria vítima. No caso, Rafael é o grande responsável por sua prisão, uma vez que já devia à justiça: era foragido. Já no segundo exemplo há a tentativa de naturalizar o caso, como acontecer em casos nos quais jovens – geralmente, pobres e negros – são mortos em operação policial e a notícia vem acompanhada da seguinte informação: “jovem morre, mas tinha passagem pela polícia”. Em outras palavras, o lugar esperado do jovem e do Rafael são os propostos pelo texto: morto e preso. No entanto, ignora-se o fato de o que os levou a esta condição, de já ter passagem pela polícia, é um amontoado de relações que envolve o Estado, ideologia e as classes dominantes.

É importante também pontuar o uso do conectivo “*no entanto*” na passagem a seguir:

Segundo o juiz que condenou Rafael, a defesa tentou alegar que ele carregava material de limpeza. No entanto, o laudo técnico nº 267/13, da Polícia Civil, atestou que o material encontrado com o acusado tinha potencial até para matar: “O etanol encontrado dentro de uma das garrafas poderia ser utilizado como combustível em incêndios, com capacidade para causar danos materiais, lesões corporais e o evento morte, delineando, assim, a potencialidade lesiva dos artefatos”.

No primeiro período do parágrafo, há uma afirmação da defesa de Rafael, que, segundo o juiz, tentava provar sua inocência. Ocorre que, no período seguinte, o uso do conectivo “no entanto” abre uma ideia que se opõe à do período anterior, ou seja, o período inicia-se opondo-se à mensagem da defesa presente no período anterior. Essa estratégia de usar o conectivo foi utilizada na tentativa de expor a defesa de Rafael, isto é, lhe dar voz na reportagem e, ao mesmo tempo, deslegitimar essa fala.

Ao longo do texto, Rafael é tratado de modo impessoal, ou seja, em determinados momentos, Rafael é reduzido apenas a uma ‘decisão’ já tomada. Dessa forma em “[mas] adiantou que avaliará a possibilidade de entrar com recurso contra a decisão”, toda a complexa situação que envolve Rafael é reduzida a uma decisão. Além disso, em nenhum momento Rafael é ouvido, sendo entendido que sua voz precisa de intermediários para ser ouvida. Isso pode ser visto em “[a] Defensoria Pública do Rio informou em nota que ainda não foi notificada da sentença[...]”, isto é, Rafael, para ter voz precisa de um órgão maior. Além disso, a reportagem ouviu muitas vozes oficiais, sendo essas vozes em sua quase totalidade para condenar Rafael. Assim em “[u]rge destacar que o réu foi preso em flagrante por este novo crime enquanto se encontrava evadido do regime prisional”, é reproduzido um texto de um indivíduo reconhecido socialmente, a fim de condenar Rafael, ou seja, para reforçar a necessidade de Rafael estar preso.

As estruturas lexicais utilizadas para designar o crime ou o material que Rafael portava aparecem em peso: a expressão ‘coquetel molotov’ é utilizada para tratar do material que Rafael estaria portando no momento de sua prisão. O uso da expressão ‘coquetel molotov’ não é em vão. Este material é visto como uma arma usada para explodir quando arremessada. Em outras palavras, o uso de coquetel molotov é uma forma de criminalizar Rafael e o tornar mais culpado, mais perigoso. Nas poucas vezes em que não houve o uso dessa palavra composta para caracterizar o material que Rafael portava no momento de sua prisão, a reportagem lançou mão de outra expressão: “[s]egundo o juiz que condenou Rafael, a defesa tentou alegar que ele carregava material de limpeza”. Observa-se que é usada a expressão ‘material de limpeza’ para designar o objeto que Rafael portava, expressão esta que teria sido usado em sua defesa. No entanto, há o uso do verbo ‘tentar’ que é seguido de ‘alegar’, isto é, a defesa tentou inocentar Rafael, mas o juiz que condenou não aceitou a alegação. Dessa forma, a única vez em que foi citado um material diferente, que não condenasse Rafael, esse material aparece em uma oração contraposta pelo significado dos verbos escolhidos para a mesma, ‘alegar’ e ‘tentar’.

4º Reportagem de Rafael realizada pela UOL.com

A reportagem em questão se encontra hospedada no portal UOL.com⁵, tendo sido divulgada no dia 24/06/2013.

Justiça decreta prisão preventiva de manifestante detido com bombas no Rio

Do UOL, no Rio

24/06/2013 20h20

A Justiça do Estado Rio de Janeiro converteu em prisão preventiva a detenção em flagrante de Rafael Braga Vieira durante a manifestação da última quinta-feira (20), no centro do Rio de Janeiro, quando portava dois artefatos explosivos chamados popularmente de "coquetéis molotov". A conversão atendeu a um pedido do Ministério Público.

"A utilização do material incendiário, no bojo de tamanha aglomeração de pessoas, é capaz de comprometer e criar risco considerável à incolumidade dos demais participantes, mormente em se considerando que ali participavam família inteiras, incluindo crianças e idosos", afirmou o magistrado que assina a decisão.

A folha de antecedentes criminais de Vieira mostra que ele já havia sido indiciado por prática de roubo em duas oportunidades, e fora condenado pela Justiça em ambos os processos --o TJ, porém, não informou quais foram as respectivas penas. Ele chegou a fugir do sistema prisional.

Novo protesto

Cerca de mil pessoas, segundo a PM, participam de mais uma manifestação no centro do Rio de Janeiro e ocupam importantes vias. De acordo com o Centro de Operações da Prefeitura do Rio, a avenida Rio Branco está totalmente interditada

A pista lateral da avenida Presidente Vargas também foi interditada, no sentido Candelária, a partir da Avenida Passos. O desvio é feito pela pista central.

O trânsito é lento na região. A Guarda Municipal, agentes do CET-Rio e a Polícia Militar estão no local. Três pessoas tiveram as mochilas revistadas durante a passeata, mas nada foi encontrado. Alguns manifestantes ficaram em volta da ação policial e vaiaram a atitude da polícia.

O protesto seguirá em direção da Cinelândia e, até o momento, transcorre de forma pacífica. Algumas lojas já fecharam as portas. (Com Band)

Importante salientar o pouco conteúdo da reportagem que se dirige especificamente ao caso de Rafael, sendo possível destacar uma estratégia discursiva interessante nesta reportagem. A reportagem é dividida em dois momentos: o primeiro momento comenta sobre o caso de Rafael; já o segundo momento comenta sobre as

⁵ Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/justica-decreta-prisao-preventiva-de-manifestante-detido-com-duas-bombas-em-protesto-no-rio.htm>> acessado no dia 07/12/2018

manifestações que ocorriam à época e que servem de pano de fundo para a prisão de Rafael. Dessa forma, além de não informar muito sobre o caso que foi explicitado na manchete, a matéria critica as manifestações e o manifestante preso através da dialética realizada entre os dois momentos. Essa dialética ocorre no início da reportagem, ao apontar que Rafael foi preso “*durante a manifestação da última quarta-feira*”, e é explorada ao longo do segundo momento da reportagem ao sugerir em diversos momentos que as manifestações provocam problemas, violência e medo:

a Avenida Rio Branco está totalmente interditada

a pista lateral da avenida Presidente Vargas também foi interditada

o trânsito é lento na região

alguns manifestantes ficaram em volta da ação policial e vaiaram a atitude da polícia”, “até o momento, transcorre de forma pacífica. Algumas lojas já fecharam as portas.

A segunda parte da reportagem, portanto, conduz à criminalização das manifestações e isso só reforça o caráter criminoso da conduta de Rafael: ele estava nas manifestações e “*portava dois artefatos explosivos chamados popularmente de “coquetéis molotov*”. Quer dizer, a reportagem se divide em dois momentos para que a situação de Rafael seja ainda mais criminalizada.

Como já explicitado, a reportagem não é extensa, por essa razão não há muitas escolhas lexicais para se referir a Rafael. A reportagem usa o nome de Rafael por completo e associa o nome de Rafael à condição de “*manifestante*”. O uso do termo ‘*manifestante*’ na manchete foi realizado de forma pensada e planejada: manifestante é aquela pessoa que participa de manifestação; Rafael foi preso durante uma manifestação; e a segunda parte da reportagem trata da manifestação de forma negativa, como foi explicitado no período anterior. Assim Rafael é alguém que traz medo e violência, sendo assim, sua prisão foi correta.

A partir do subtítulo “*Novo protesto*”, a reportagem apresenta um outro tipo de manifestante diferente de Rafael. Assim em, “[*t*]rês pessoas tiveram as mochilas revistadas durante a passeata, mas nada foi encontrado”, a reportagem comenta a respeito de três pessoas que tiveram suas mochilas revistas, não tendo sido encontrado nada. Em outras palavras, manifestante criminoso foi Rafael, que foi preso portando objeto ilícito, enquanto os outros eram manifestantes pacíficos. Dessa forma, a

reportagem reforça a justificativa em torno da prisão de Rafael, uma vez que é possível comparar os dois tipos de manifestante, sendo destinado seu teor negativo a Rafael.

Na parte em que é tratada a prisão de Rafael, a matéria é composta apenas de orações na voz ativa, quer dizer, o sujeito é sempre o agente. Mas, apesar da voz ativa estar presente nessas construções, o sujeito em sua grande parte é algum órgão oficial que condena Rafael. Assim, em “*A Justiça do Estado Rio de Janeiro converteu em prisão preventiva a detenção em flagrante de Rafael Braga Vieira durante a manifestação da última quinta-feira (20)[...]*” a oração se encontra na voz ativa, mas Rafael não é o sujeito. O sujeito desta oração é a ‘*a Justiça do Estado Rio de Janeiro*’, a mesma que converte a detenção de Rafael em prisão preventiva. Rafael não tem voz, ele é meramente um adjunto adnominal de um dos objetos do verbo: ‘ALGUÉM (*Justiça do Estado do Rio de Janeiro*) converte ALGO (*a prisão de Rafael*) em ALGO (*prisão preventiva*)’. Destaca-se, assim, que Rafael é apenas uma expressão qualificadora da *detenção*: Rafael sofre a ação da Justiça que o condena, de maneira justa e inequívoca, por seu erro.

Conforme destacado anteriormente, Rafael é tratado de modo impessoal, ou seja, em determinados momentos, foi tratado como *conversão* e *decisão*. Assim em “[*a conversão atendeu a um pedido do Ministério Público*]” e em “[*afirmou*] o magistrado que assina a *decisão*”, entendesse que tudo o que estava ocorrendo com Rafael foi reduzido a uma ‘*decisão*’ ou uma ‘*conversão [em prisão]*’. A condição Rafael se torna, assim, *coisificada*: ele deixa de ser uma pessoa com voz e direitos, passando a figurar como uma *coisa* disponível para a ação de outros.

Era esperado que Rafael possuísse uma fala na reportagem por meio de sua defesa. No entanto, a matéria não expõe a fala da defesa, assim como também não expõe a fala de Rafael, ou seja, sua versão sobre o caso. Dessa forma, ao não ouvir a versão de Rafael, a reportagem reforça o seu papel secundário, de coisa, naturalizando sua condição de preso. Além disso, a reportagem usa vozes oficiais para sentenciar Rafael, como pode ser visto na reprodução da fala/sentença do juiz que o condena.

Ao longo do texto, por meio das escolhas lexicais referidas ao material que Rafael portava, é possível perceber a justificativa para Rafael ter sido preso: o material que ele portava era extremamente perigoso. Durante a reportagem, ao citar os materiais que Rafael portava quando foi ‘flagrado’ só são utilizadas nomenclaturas com caráter negativo, como: ‘bombas’, ‘artefatos explosivos’, ‘coquetel molotov’. Podem ser vistas essas expressões na manchete, “***Justiça decreta prisão preventiva de manifestante detido***”

com bombas no Rio”, e no primeiro período da matéria, “[quando] portava *dois artefatos explosivos chamados popularmente de "coquetéis molotov".*” Dessa forma, ao atribuir um peso mais negativo aos materiais que Rafael portava, é reforçado o discurso que culpa Rafael, justificando sua prisão.

Além de todas essas estratégias discursivas que naturalizam a prisão de Rafael, a reportagem apresenta ainda uma estratégia para forçar ainda mais a necessidade da prisão:

A folha de antecedentes criminais de Vieira mostra que ele já havia sido indiciado por prática de roubo em duas oportunidades, e fora condenado pela Justiça em ambos os processos -- o TJ, porém, não informou quais foram as respectivas penas. Ele chegou a fugir do sistema prisional.

Ao citar que Rafael possui uma folha de antecedentes criminais, a matéria traz uma expectativa ao leitor de que ele é um criminoso fugitivo da Justiça e que estava presente na manifestação, ou seja, há uma tentativa de legitimar a prisão de Rafael.

3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES

Por meio das análises apresentadas, é possível perceber o uso de diferentes estratégias de construção textual, as quais, de maior ou menor grau, revelam as visões de mundo que estão *por trás* do texto, isto é, a ideologia que permeia os textos. Nesta seção, serão comparadas as análises realizadas, a fim de que seja possível perceber, de maneira mais evidente e por meio dos critérios elencados na metodologia do trabalho, a ideologia contida nos textos.

O primeiro critério de análise estabelecido previa a seleção diferenciada que poderia ocorrer em relação às escolhas lexicais referentes ao nome dos autores dos supostos crimes: Breno e Rafael. É importante destacar que, em ambos os casos, os autores tiveram seu nome citado, porém, outras escolhas lexicais também foram realizadas para se referir a eles. Dessa forma, nas reportagens de Breno, foram selecionadas expressões que o colocam em uma posição social de destaque, tais como: empresário, filho de desembargadora e filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS). Enquanto, em uma das matérias de Rafael foi escolhida palavras que o colocam em uma posição social de menor prestígio, ou seja, geralmente não se dá valor a essas pessoas, as quais, por muitas vezes, são invisibilizadas: catador de latinhas, morador de rua.

Além disso, a Breno não são atribuídos os nomes *reú*, *reincidente* e *preso*, sendo esses nomes atribuídos em muitas oportunidades a Rafael. A escolha desses nomes para designar a condição de Rafael e não de Breno revelam expectativas sociais diferentes. No Brasil, uma pessoa só é considerada *culpada* após o trânsito em julgado na sentença que a condenou, ou seja, quando não couber mais recurso. Entretanto, parece que essa assertiva só se aplica a Breno, tendo em vista sua condição social. Igualmente, associar os nomes *reú*, *reincidente* e *preso* apenas a Rafael faz com que a certeza – ou presunção – de sua culpa seja reforçada, o que não acontece com Breno.

Houve ainda uma outra estratégia para atenuar a condição de Breno: associar a palavra “*empresário*”, na 2º reportagem analisada, à sua condição de saúde tentou-se amenizar e justificar o que foi cometido, ou seja, um empresário não cometeria um crime desses estando bem. Por outro lado, na 4º reportagem analisada, houve a escolha repetitiva da palavra “*manifestante*” para tratar de Rafael, tendo sido atribuído um valor negativo essa mesma expressão, ao longo da reportagem, sempre que ela era usada para designar Rafael. Esse sentido traz um apelo negativo à imagem de Rafael, reforçando assim, a ideia de que Rafael merecia ser preso.

Assim, ao realizar essas escolhas, as reportagens pretendem que os leitores se sensibilizem com um caso e condenem o outro. No entanto, é importante destacar para qual agente está sendo direcionada essa sensibilização e a condenação. As escolhas lexicais tentam amenizar o caso de Breno, que é oriundo de uma classe com maior poder aquisitivo, tanto que é destacado sua condição de filho de desembargadora e empresário. Ocorre que a Rafael, oriundo das classes populares, foram realizadas escolhas lexicais que o tempo todo o descredenciavam, tentando colocá-lo em um perfil de criminoso, destacando-se sua condição de catador de latinhas e a de manifestante.

O segundo critério de análise estava baseado na escolha lexical relacionado ao que os autores dos supostos crimes estavam portando. As escolhas lexicais representam bem a diferença de tratamento direcionado aos dois casos. Enquanto a Rafael associou-se excessivamente o porte de coquetel molotov, a Breno em poucas oportunidades foi citado o que o mesmo portava, sendo escolhida principalmente a expressão “*droga*” para tratar, de forma genérica, o que o mesmo portava, sendo ainda pouco ~~foi~~ lembrado o porte de munições para arma. Além disso, a quantidade de drogas e munições encontradas com Breno foi grande, no entanto, poucas vezes foi colocada essa quantidade como

informação na reportagem, quando colocada aparecia em estrutura que tirava o foco da quantidade de drogas.

Dessa forma, as escolhas lexicais relacionadas aos dois casos foram realizadas com ideias distintas: no caso de Rafael, os nome e expressões escolhidas como objetivo criminalizar ainda mais o mesmo, enquanto, no caso de Breno, as escolhas foram realizadas pensando em retirar o foco do crime cometido, ou seja, ‘ele foi pego portando apenas drogas, este crime não é tão punível’.

O terceiro critério de análise tinha como base a análise da ordem em que os constituintes apareciam na oração, além de observar a voz em que se apresentava a maioria das orações: passiva ou ativa. Esse critério tinha como objetivo revelar estratégias sintáticas presente nas reportagens, pois, tais estratégias podem retirar o foco de uma mensagem, ignorar um agente que realizou uma ação, omitir ou dar fala a indivíduos.

Conforme as análises realizadas, pôde-se constatar que as reportagens sobre Rafael têm as construções feitas em quase sua totalidade na voz ativa, sendo a posição de sujeito dessas construções quase sempre ocupadas por falas oficiais que condenam Rafael, ou seja, não há oportunidade de fala a Rafael, ele é apenas paciente no texto de ambas as reportagens. Entende-se, assim, que a decisão que está sendo tomada por órgãos oficiais é correta. No entanto, não existe oportunidade de fala a Rafael, e quando o mesmo foi feito, esteve presente estruturas que contrariavam a fala que defendia Rafael como visto nas análises, ou até mesmo, a construção se encontrava na voz passiva, sem que o sujeito fosse Rafael, mas novamente ele era paciente da situação.

As reportagens que tinham Breno como assunto a ser tratado também se encontravam em quase sua totalidade na voz ativa, mas, diferentemente das matérias que abordavam a situação de Rafael, os sujeitos das orações eram em sua grande parte Breno ou alguma voz que o defendia (seu advogado, os desembargadores, artigo do Código de Processo Penal). Além disso, foi usada uma estratégia sintática, inversão da ordem dos constituintes, a fim de retirar o foco do material que o mesmo portava e o seu crime cometido, tornando Breno um indivíduo menos culpado.

Portanto, a partir das escolhas sintáticas realizadas nas reportagens analisadas, pôde-se constatar objetivos diferentes: as reportagens de Breno manifestavam muitas vozes que defendiam Breno, ou seja, Breno não merecia estar preso, há muitas pessoas/instituições que o defendem; as orações são construídas para dar foco a aspectos

positivos (sociais) de Breno e deixar em segundo plano aspectos negativos (quantidade de drogas, tráfico de armas). Por outro lado, as reportagens de Rafael não ofereceram voz a ele, isto é, a posição em que Rafael se encontrava, preso, era *natural*, esperada, razão pela qual ele não precisava sequer ser ouvido.

O quarto critério de análise buscava verificar o uso de alguns conectivos em certas estruturas sintáticas. Como já foi comentado, as matérias que tratavam de Rafael, não deram oportunidades de fala ao mesmo ou à sua defesa, mas, em uma das reportagens, para não ser tida como ‘imparcial’, mostrou-se a defesa de Rafael. Ocorre que, no texto, foi possível perceber uma estratégia: logo após apresentar a ‘defesa’ de Rafael, o discurso da defesa era contraposto por meio de um conectivo de oposição e novos fatos sobre o caso. Dessa forma, mesmo nos momentos em que fala de Rafael ou de sua defesa era exposta, esta era de alguma forma silenciada ou, ao menos, relativizada.

Em uma das matérias de Breno, também foi percebida essa estratégia, porém, com outro objetivo. Na primeira reportagem analisada foi constatado o uso de conectivo para contrapor alguma ideia. Mas, como compreendido na análise realizada, esta estratégia foi realizada a fim de mostrar quem foi o órgão que o impediu de ser livre, uma vez que o mesmo tinha tanto ‘direito de não ser preso’, que conseguiu ele sozinho a ordem de soltura. Observa-se, portanto, o contrário do que acontece na reportagem de Rafael: aqui, uma informação contrária a Breno é colocada e, em seguida, constrói-se um argumento a favor dele.

O quinto e último critério foi baseado na observação do tratamento que recebiam os agentes, ou seja, eram tratados apenas como um caso ou tinham caráter humano. Além disso, foi observada a utilização de vozes oficiais nas reportagens. Pode-se observar que as reportagens sobre Rafael reduziram Rafael a uma *decisão* ou *conversão* [de prisão], ou seja, deixa de ser um indivíduo com direitos, sendo apenas plausível a decisões. Dessa forma, Rafael não é passível a ter voz, ele é apenas uma decisão a ser tomada. Enquanto nas reportagens de Breno não há essa impessoalidade relacionada a ele, ele não é reduzido a um caso ou decisão. Em outras palavras, Breno tem garantida a sua situação de humano e, por isso tem voz; já Rafael é uma coisa, não precisa ter voz, é apenas mais um “bandido”.

Além disso, as vozes oficiais que aparecem nas reportagens possuem posições diferentes. Enquanto nas reportagens que tratam de Rafael, as vozes oficiais aparecem

para condená-lo, por meio de falas oficiais que o defendem, nas reportagens sobre Breno, o mesmo possui muitas falas oficiais que o defendem.

É importante pontuar que houve outras estratégias que não estavam presentes nos critérios, mas que foram pontuadas nas análises. Assim, é possível perceber que, nas reportagens sobre Rafael, houve a tentativa de justificar e naturalizar sua prisão através de seu histórico, uma vez que ele já tinha cometido delito antes, então estaria propenso a cometer outros. Além dessa estratégia foi possível inferir, na quarta reportagem, uma relação entre os sentidos relacionados a palavra manifestante, sendo esta quando direcionada a Rafael, possuía um teor negativo. Já na situação em que Breno está envolvido, foi percebida a presença de uma estratégia que tinha como finalidade tornar natural a soltura de Breno, como foi destacado na segunda análise realizada, assim, Breno teve seu habeas corpus deferido por uma questão de justiça. Além disso, é de formidável relevância a não exploração, nas reportagens sobre Breno, da ajuda do mesmo na fuga de outro preso.

Portanto, é possível concluir que as reportagens que tratavam de Breno tentavam a todo custo amenizar sua culpa e mostrar que o mesmo merecia sua soltura ou um tratamento médico. Em contrapartida, as reportagens sobre Rafael buscaram de muitas maneiras torná-lo um indivíduo culpado por natureza. Em outras palavras, quando um homem, branco, de classe social privilegiada é preso com 129 quilos de substância proibida por lei, além de armamento ilegal, estamos diante de um caso de saúde; por outro lado, quando um jovem, negro e pobre é preso com material de limpeza em uma manifestação, estamos diante de um caso de polícia. Dessa forma, é possível perceber a ideologia dominante presente nas reportagens, seja para defender Breno ou para criminalizar Rafael. Os estereótipos de indivíduos das classes populares são o resultado de uma ideologia que conduz à construção do senso comum, os quais, por sua vez, é reproduzido e incorporado ao cotidiano como se fosse verdade: “bandido bom é bandido morto”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das reportagens revelaram diferentes intencionalidades: enquanto as matérias sobre Rafael Braga – homem negro, morador de rua, preso durante as manifestações de 2013 – buscaram criminalizá-lo, as reportagens de Breno Borges – homem branco, origem social privilegiada, filho de desembargadora do Tribunal de Justiça do Mato Grosso – tinham como objetivo minimizar o crime por ele cometido. Assim, é possível perceber a ideologia por trás dos discursos que se materializam nos textos das reportagens analisadas e a influência dos aparelhos da ideologia hegemônica na reprodução dessa ideologia.

Conforme já citado, as diferenças de tratamento entre Breno e Rafael são evidentes. Sendo a ideologia dominante uma visão de mundo de uma determinada classe social em relação à realidade (FIORIN, 2007: 29), é possível analisar como essa ideologia dominante é refletida em cada caso por meio dos discursos. A visão de mundo exposta nas reportagens se associa ao discurso das classes sociais mais privilegiadas, as quais formam o que podemos chamar de classe dominante. Essa classe dominante, a fim de manter seus privilégios, precisa buscar meios para justificar a ordem social vigente. Neste sentido, a “identificação de iguais” e a “criação do outro” funcionam como mecanismos para situar os indivíduos dentro da estrutura social e, assim, *naturalizar* a condição social destes mesmos indivíduos: por isso as reportagens, a todo momento, minimizam o crime cometido por Breno (pertencente à classe dominante, *o igual*) e culpabilizam o ato ‘realizado’ por Rafael (pertencente à classe baixa, *o outro*). Assim, tem-se a ideia de que a criminalidade é condição quase inata das pessoas oriundas de classes mais populares. Por outro lado, pessoas pertencentes às classes sociais mais abastadas não se sujeitariam a ser criminosos, motivo pelo qual estariam livres de cometerem atos ilícitos, pois essa condição não é inata a eles. Dessa forma, o uso da expressão “bandido bom é bandido morto” só se torna aplicável a determinados indivíduos, isto é, aos *outros*.

Nesse sentido, quando transmitida pelo discurso, a visão de mundo da realidade social é falseada, criando lacunas discursivas para que haja coerência (MARX, 1965 apud BRANDÃO, 2004). Foi possível observar que tais lacunas estavam bastante presente nas reportagens de Rafael, ou seja, constrói-se a imagem negativa dele, mas não explicam as condições de vida que lhe foram dadas. Deixam-se lacunas nas relações sociais existentes, sem debater a responsabilidade do Estado na vida de pessoas como Rafael, bem como as

consequências pela ausência do Estado que não oferece a mesma oportunidade a todos. As lacunas deixadas falseiam a realidade e transformam Rafael – e grande parte da classe baixa – em criminosos em potencial. Por isso, a expressão “bandido bom é bandido morto” é sempre relativa a indivíduos de classes mais baixas, pois, ao falsear a realidade material, cria-se a ideia de que o criminoso é sempre oriundo dessas classes.

Ademais, o falseamento da realidade material deixa evidente os dois níveis de ideologia, conforme proposto por Marx (apud FIORIN, 2007): o de essência, que não é visível, e o de aparência, que é visível a todos, ou seja, é como a ideologia é expressa. Assim, Breno e Rafael são expressos no nível de aparência: classe social, ocupação, relações familiares, cor e crimes que teriam cometido. Entretanto, o nível de essência, que não é mostrado nas reportagens, explica todas as lacunas deixadas. Rafael não nasceu com tendências criminosas: o discurso da criminalização da pobreza que se constrói em torno da figura de Rafael não compreende as relações mais profundas existentes na sociedade. Rafael não teve oportunidades de melhorar sua condição de vida: do que é possível extrair do perfil traçado nas reportagens, Rafael, provavelmente, não teve acesso ao ensino formal, não lhe foram oferecidas as condições mínimas de moradia (ele era morador de rua), não tinha renda fixa e não tinha os direitos trabalhistas assegurados (era catador de latinhas). Dessa forma, não oferecendo as condições necessárias de vida a Rafael e à grande parte da população, o Estado os torna mais vulneráveis e, portanto, mais suscetíveis de serem identificados, de forma generalizada, como *os outros* de acordo com a visão de mundo da classe dominante. Já o retrato de Breno nas reportagens também se encontra falseado, mas esse falseamento não é generalizante: Breno é mostrado nas reportagens praticamente como vítima (de uma “doença”), uma exceção à regra, um ponto fora da curva que merece tratamento para retornar ao caminho que lhe é predestinado, pois sua condição de humano lhe assegura esse tratamento.

Para Gramsci, o consenso é condição importante para a consolidação do Estado, uma vez que o Estado não pode se construir apenas a partir da coerção. Assim, os aparelhos hegemônicos possuem grande influência na formação do consenso, ou seja, da vontade coletiva (GRAMSCI, apud MENDONÇA, 2012). Os aparelhos hegemônicos estão mais disponíveis à classe dominante, por isso, o consenso das ideias se dá em benefício dessa classe. Assim, mostrar que Rafael é um criminoso e minimizar o ato cometido por Breno é uma forma de reproduzir o consenso formado a partir dos interesses da classe dominante.

Verifica-se, então, a relação entre Estado e ideologia: a construção do consenso se dá por meio da grande mídia e esta, por sua vez, está nas mãos da classe dominante⁶. Assim, como o Estado necessita do consenso para se organizar, ele precisa reprimir outras ideologias por meio dos aparelhos repressores e os ideológicos, assim não deixando coexistir outras ideologias (ALTHUSSER, 1970 apud BRANDÃO, 2004: 23). Ocorre que, ao fazer isso, o Estado se apresenta também como um importante instrumento para manter a ordem dominante, haja vista que o consenso se forma a partir dos interesses da classe dominante.

A visão de mundo é reproduzida através de um discurso que combina simulação e dissimulação: “simula-se que o discurso seja meu para dissimular que ele é do outro” (EDWARD LOPES apud FIORIN, 2007: 42). Assim, ao justificar a prisão de Rafael com sua ficha criminal e justificar o crime de Breno por meio da doença, o discurso é aquele que atende aos interesses da classe dominante, mas as pessoas de diferentes classes o reproduzem como sendo delas, pois, a ideologia presente nele já está naturalizada em seu cotidiano. Dessa forma, a dissimulação do discurso é um importante ativo da reprodução ideológica.

Por tudo o que foi exposto, o tema tratado no trabalho mostra-se relevante (acadêmica e materialmente), uma vez que uma das formas de dominação ideológica é infundida nas reportagens de portais da Web. Deve-se tentar entender, de maneira mais profunda, as relações existentes na sociedade. Por meio deste trabalho, tentou-se mostrar como opera a ideologia por trás das notícias, baseada na culpabilização de um tipo de indivíduo, assim como a vitimização de um tipo de indivíduo. Chamou-se a atenção para o fato de a ideologia veiculada nas reportagens ser bastante influente nas relações sociais, uma vez que se cria o consenso e o perpetua. É fundamental que se criem condições para que indivíduos de classes mais populares tenham formação crítica e que se democratize o acesso aos meios de comunicação, a fim de que as lutas no campo ideológico sejam menos injustas e as condições materiais de vida sejam menos desiguais. Naturalizar ou relativizar a condição humana: jamais!

⁶ Segundo relatório da MOM (Monitoramento da Propriedade da Mídia ou Media Ownership Monitor), a grande mídia brasileira se apresenta concentrada nas mãos de 08 grandes famílias, o que constitui um alto risco por conta da limitação da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Maria Luiza; SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Discurso e abordagens quantitativas. In **Alfa**, São Paulo, 41(n.esp.), 41-55, 1997

BRANDÃO, HELENA H. N.. “Análise do Discurso”. In: BRANDÃO, HELENA H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2a edição rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. P.13-46.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília : Secom, 2016. 120p. : Il.

CARVALHO, Valéria. **Ideologia em Marx**. Anotações para leitura em sala de aula (turma do Curso Técnico de Ensino Médio Integrado). EPSJV, 2018.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In **Manual de Linguística**. Mário Eduardo Martelotta (org). São Paulo: Contexto, 2011: 157-176.

MENDOÇA, S.R. “Estado”. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R. S. et al (Org). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 349-355

FIORIN, José Luiz. **Ideologia e linguagem**. 8ª edição. São Paulo: Ática, 2007.

GREGOLIN, M. R. V.. **A análise do discurso: Conceitos e aplicações**. Alfa - Revista De Linguística, São Paulo, v.39, p.13-21, 1995.

GUARESCHI, N. M. F.. “Ideologia e Discurso”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n.2, p.165-185, 1997.

GUIMARÃES, CÁTIA C. **Jornalismo e luta de classes: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia**. Tese (Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>. Acessado em: 05/05. 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. "Gêneros textuais: definição e funcionalidade". In: **Gêneros Textuais e Ensino**. São Paulo: Editora Parábola, 2010, pp. 19-38.